



## Programa Sindical para um Futuro Energético Público, de Baixo Carbono

Lançado a 4 de Novembro de 2021 - Glasgow, Escócia

*Nota explicativa: O seguinte "Programa Sindical para um Futuro Energético Público e de Baixo Carbono" ("Programa") é o resultado do esforço de um Grupo de Trabalho Sindical composto por mais de 30 sindicatos. Este Programa, centrado principalmente no sector energético, é uma tentativa de reunir o movimento sindical internacional com um ambicioso esforço político para conseguir uma mudança fundamental na política climática e energética. Esta mudança é necessária tanto para corrigir as falhas do modelo de mercado como para assegurar que a transição energética é socialmente justa, economicamente viável, e eficaz para alcançar os objectivos climáticos.*

### RECONHECER QUE:

- O acesso a um ambiente saudável foi declarado um direito humano pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, em reconhecimento interligação entre as crises de direitos humanos e de degradação ambiental e alterações climáticas;

- A falta de acesso adequado à energia continua a ser uma importante fonte de pobreza, desigualdade e insegurança, em violação dos direitos humanos e contrária aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- Será necessária uma electrificação generalizada de muitos processos dependentes da energia para cumprir os objectivos de descarbonização acordados e baseados na ciência;
- O acesso a electricidade acessível, segura, fiável e com baixo teor de carbono será, portanto, essencial para satisfazer a maioria das necessidades energéticas futuras;
- Todos os métodos conhecidos de captura, transformação e distribuição de energia envolvem algum grau de perturbação ambiental;
- As políticas neoliberais de clima e energia - que estão ligadas à privatização e à mercantilização - não conseguiram travar o aumento das emissões de gases com efeito de estufa;
- A privatização, a comercialização e a liberalização dos sistemas de energia eléctrica levaram a aumentos de preços, queda dos níveis de qualidade de serviço e investimento inadequado;
- A transição necessária para cumprir os objectivos de descarbonização implicará mudanças substanciais que afectarão os trabalhadores, especialmente em muitas áreas de emprego relacionadas com a energia, e muitas destas mudanças podem ser muito perturbadoras se os seus impactos não forem resolvidos;
- Muitos países do Sul global continuam a enfrentar um legado de colonialismo e dívida paralisante, limitando a sua capacidade de adquirir as tecnologias e os recursos necessários para garantir o acesso universal à electricidade.

**PORTANTO**, os signatários subscrevem e concordam em promover o seguinte Programa Sindical para um Futuro Energético Público e de Baixo Carbono, como base para a transição energética e para futuros sistemas energéticos.

### 1. CUMPRIR O DIREITO À ENERGIA

- a) Reconhecer o acesso à energia como um direito humano e uma necessidade básica
- b) Assegurar o fornecimento de electricidade como sendo um bem público
- c) Restaurar a obrigação e a capacidade dos organismos públicos para erradicar a pobreza e precariedade energéticas

### 2. REVERTER LEIS E DIRECTIVAS NEOLIBERAIS QUE AFECTAM O SECTOR DA ENERGIA

- a) Dissolver os mercados de electricidade grossistas, retalhistas e de produção
- b) Eliminar privilégios e protecções legais para os Produtores Independentes de Energia (PPIs) privados, incluindo através da potencial renegociação e cancelamento de contratos de aquisição de energia a longo prazo (CAE)
- c) Acabar com os subsídios públicos que tiram o risco ao investimento e asseguram lucros para interesses privados

- d) Restaurar o direito dos organismos públicos a regular os preços ao utilizador de forma a promover o tratamento justo e a eficiência energética

### **3. IMPOR UM NOVO MANDATO PRÓ-PÚBLICO**

- a) Estabelecer requisitos e orientações claras para que as empresas de energia pública impulsionem a transição energética de forma a satisfazer as necessidades das pessoas e proteger o ambiente
- b) Parar a privatização dos bens e serviços do sector da energia
- c) Recuperar para propriedade pública as empresas do sector da energia que foram privatizadas
- d) Reintegrar totalmente as funções de produção, transporte, distribuição e gestão da rede eléctrica
- e) Assegurar que todos os recursos e tecnologias essenciais relacionadas com a energia sejam propriedade pública e geridos de uma forma coerente com uma perspectiva de bens públicos globais
- f) Assegurar que a I&D relacionada com a energia, a gestão de resíduos, o tratamento, a reciclagem e todos os serviços relacionados estejam sob propriedade pública
- g) Procurar desenvolver, em conjunto com os povos indígenas, e com o seu consentimento livre, prévio e informado, uma visão e um plano para proteger as leis e tratados indígenas relacionadas com sistemas públicos de energia

### **4. ESTABELECEER UMA ABORDAGEM PÚBLICA E PLANEADA PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA**

- a) Exigir que os governos nacionais e os organismos multilaterais conduzam uma avaliação rigorosa e contínua das tecnologias e vias de descarbonização, baseada em critérios ambientais, societários e sociais claros
- b) Diversificar a produção de tecnologias entre países e regiões, a fim de criar empregos através do desenvolvimento da capacidade industrial local
- c) Definir objectivos ambiciosos de eficiência energética e de conservação de energia para toda a economia
- d) Implementar programas de obras públicas nacionais, regionais ou municipais para alcançar os objectivos de eficiência energética e desempenho
- e) Avaliar o potencial e/ou necessidade de produção partilhada, caso a caso

### **5. IMPLEMENTAR UMA GOVERNAÇÃO E UM CONTROLO DEMOCRÁTICOS**

- a) Envolver trabalhadores e utilizadores em processos democráticos de tomada de decisão com o dever estatutário de actuar de forma consistente e tendo em vista os interesses a longo prazo das pessoas e do ambiente
- b) Manter um debate público democrático contínuo sobre a transição energética
- c) Assegurar a representação formal dos trabalhadores, utilizadores e funcionários eleitos nos conselhos de administração das empresas públicas recuperadas
- d) Criar conselhos de direitos do utilizador para manter as empresas públicas responsáveis pelo cumprimento de objectivos sociais e ambientais
- e) Assegurar que os novos projectos de infra-estruturas propostos respeitem normas ambientais rigorosas e contribuam para o bem-estar das populações locais

### **6. FORNECER UM ELEVADO NÍVEL DE GARANTIAS COLECTIVAS AOS EMPREGADOS**

- a) Exigir que as empresas públicas de energia disponham de pessoal e financiamento adequados, a fim de assegurar um serviço de qualidade

- b) Valorizar as competências profissionais da força de trabalho e investir continuamente na educação e formação
- c) Assegurar que as operações e as condições de trabalho satisfazem os mais elevados padrões de segurança
- d) Garantir a protecção de “whistleblowers” (trabalhadores que fazem denúncias)

#### **7. FINANCIAR TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM FUNDOS PÚBLICOS**

- a) Fazer pleno uso do poder da despesa pública para financiar a transição como bem público
- b) Efectuar contratos públicos directas nas melhores condições possíveis
- c) Cancelar toda a dívida pública que inibe a capacidade dos antigos países colonizados de proceder a uma transição energética e de satisfazer as suas necessidades básicas num quadro de autonomia energética
- d) Estabelecer ou melhorar mecanismos de financiamento multilateral para assegurar o acesso a componentes e equipamento essenciais relacionados com a energia para países que enfrentam limitações financeiras, materiais ou de outros recursos

#### **8. ESTABELECE UM QUADRO GLOBAL PÚBLICO DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL**

- a) Abolir as restrições à propriedade intelectual adoptadas no âmbito da OMC, do Tratado da Carta da Energia e de outros acordos comerciais bilaterais e multilaterais que actualmente impedem uma transição energética justa para muitos países
- b) Criar "parcerias público-públicas" entre entidades do sector público sem fins lucrativos para reforçar a partilha de competências e conhecimentos, cooperação técnica, etc, incluindo a divulgação global de tecnologias e competências
- c) Assegurar que os bancos multilaterais de desenvolvimento forneçam apoio suficiente às entidades públicas nos países em desenvolvimento para permitir a entrega de electrificação universal com baixo teor de carbono e fiabilidade do serviço

#### **SIGNATÁRIOS (lista em progresso):**

1. Public Services International (PSI)
2. European Federation of Public Service Unions (EPSU)
3. National Federation of Mines and Energy, França (FNME-CGT)
4. Scottish Trades Union Congress (STUC)
5. Federation of Dutch Trade Unions (FNV)
6. South African Federation of Trade Unions (SAFTU)
7. Oilfield Workers Trade Union of Trinidad and Tobago (OWTU)
8. Autonomous Argentinean Workers' Central (CTA-A)
9. SENTRO Philippines
10. Confederation of Revolutionary Trade Unions of Turkey (DISK)
11. Confederation of Public Employees' Trade Unions (KESK)
12. National Coordination of Industrial Workers' Organizations (CNTI)
13. Intersindical Valenciana
14. New South Wales Nurses and Midwives Association
15. Electrical Industry and Irrigation Workers Union, Porto Rico (UTIER)
16. Unite the Union, Reino Unido
17. Public and Commercial Services Union, Reino Unido (PCS)
18. Galician Unions Confederacy (CIG)
19. National Union of Public and General Employees, Canadá (NUPGE)
20. Central Unitary Workers' Union of Colombia (CUT Colombia)

21. Canadian Union of Public Employees (CUPE)
22. General Federation of Electricity and Gas—Tunisian General Labour Union (UGTT)
23. Public Service Alliance of Canada (PSAC-AFPC)
24. Basque Workers' Solidarity (Eusko Langileen Alkartasuna – ELA)
25. UNISON, Reino Unido
26. Unite Here! New England Joint Board (NEJB)
27. Australian Nursing & Midwifery Federation
28. EYATH water workers union from Thessaloniki, Grécia
29. CUT Brasil
30. UNIFOR, Canadá
31. Korean Public Service and Transport Workers' Union (KPTU)
32. Federation of Drinking Water and Sewerage Workers, FENTAP, Perú
33. National Union of Petroleum Technicians and Professionals (UNTyPP), México
34. Nationalist Workers' Committees (LAB), Região Basca
35. Transport and General Workers Union, Malawi (TGWU)
36. Korean Confederation of Trade Unions (KCTU)
37. National Confederation of Metalworkers of CUT (CNM-CUT), Brasil
38. Oil Workers Federation of CUT (FUP-CUT), Brasil
39. National Confederation of Urban Workers of CUT (CNU-CUT), Brasil
40. United Electrical, Radio and Machine Workers of America (UE)
41. May First Labor Movement (KMU), Filipinas
42. British Columbia General Employees' Union (BCGEU), Canadá